

# FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS MATERIALIZADAS NAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO NOVO ENEM

**Joana D’Arc Ferreira de Macedo**

Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
macedojoana@hotmail.com

**Rosana Muniz de Medeiros**

Universidade de Aveiro – UA  
rosamuniz6@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo é o resultado de a investigação desenvolvida sobre a posição ideológica do novo ENEM. A ideologia dá significado e ilustra o lugar de quem a expressa. Marx, Bakhtin e Pêcheux mostram como a realidade material constrói o aspecto ideológico em diversos âmbitos da vida. Para atingir esse objetivo, recorrer-se-á aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, elegendo suas categorias fundantes: Condições de Produção, Formação Ideológica e Formação Discursiva. Parte-se do pressuposto de que, todo discurso é ideológico, sendo enunciado a partir de um lugar social, desse modo o enunciador conduz suas crenças e os valores com as quais se identifica.

**Palavras-chave:** novo Enem; formação ideológica; formação discursiva.

## 1- INTRODUÇÃO

Busca-se neste artigo abordar o posicionamento ideológico do novo ENEM, visto que se desenvolve uma pesquisa na área de Análise do Discurso, sobre o referido documento. Analisar-se-ão, pela via dos discursos, as diversas possibilidades de regulação e controle do conhecimento, pelas instituições.

Toma-se como orientação teórica o conceito de ideologia com base nas posições teóricas de Karl Marx, Mikhail Bakhtin e Michel Pêcheux. Esta apreciação será iniciada por meio de uma investigação da *Ideologia Alemã*, de Karl Marx, que assim se coloca:

A produção das idéias, das representações e da consciência está no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. São os homens... reais e atuantes, tal como ao condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações. (MARX & ENGELS, 2007, p. 51)

O autor quer explicitar que as ideias, a consciência e as suas representações estão fundamentadas nas relações materiais que se têm, sejam as relações derivadas da linguagem e língua; da vida espiritual, moral, religiosa ou política. Os homens são socialmente influenciados

pelas ideologias, assim como são fortemente condicionados pelas forças produtivas e materiais. Enfim, os pensamentos que prevalecem são aqueles que refletem a expressão ideológica das relações materiais dominantes, criadas por forças sociais que estão sustentadas na classe dominadora. Para Marx (apud Reale – 1991, p. 194) “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência.”. Pode-se afirmar que há um conjunto de crenças, que atende aos interesses de alguns, que tendem a falsear ou velar a verdade, para que os interesses e suas consequências sejam disfarçados. Esse modo de pensar dominante mostra as relações materiais que sustentam esta concepção de estratificação social, através de ideias que proporcionam a racionalização e legitimação de uma sociedade desigual. Há uma forma de defender os interesses que sustentam um grupo predominante a qual justifica essa “aparente” segmentação humana como algo historicamente irreversível e natural. Assim, há uma reprodução do capitalismo e da imagem de uma sociedade falsamente coesa, reprodutora da dominação que esconde as raízes e interesses inerentes a esse conflito.

Concebe-se que em Marx há uma interação entre diversos elementos que mostram a complexidade do fator ideologia, desde a realidade histórica e social até a questão do materialismo histórico.

Em Marx, já existe uma forma de perceber que as ideologias são elementos de sentido, construídos pelo ser humano e que não há como escapar delas. Mikhail Bakhtin mostrará este fator na construção da linguagem.

Este estudioso da linguagem faz, em sua obra, *Marxismo e Filosofia da Linguagem* uma análise da ideologia com a efetividade da linguagem. Não há como explicitar que a linguagem não pode se isentar do aspecto ideológico, uma vez que ela faz parte de um contexto e realidade social, imersa nas contradições históricas, reveladoras ou que exprimem o real de uma determinada posição. Para este autor – Bakhtin - “Tudo o que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia.” (BAKHTIN, 1990, p. 31). Ele exemplifica com a foice e o martelo em seus significados ideológicos ideológica e linguisticamente marcados por um contexto histórico. Vive-se em um meio material cuja linguagem exprime uma realidade.

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. (BAKHTIN, 1990, p. 33).

A ideologia não é uma produção da consciência, ou mero fruto do psiquismo, como colocavam o idealismo e o psicologismo. Ela não se apresenta como algo abstrato e pode ser tomada como:

[...] a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão que a ela se liga, ideologia do cotidiano, para distingui-la dos sistemas ideológicos constituídos, tais como a arte, a moral, o direito, etc. A ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um de nossos estados de consciência. Considerando a natureza sociológica da estrutura da expres-

são e da atividade mental, podemos dizer que a ideologia do cotidiano corresponde, no essencial, àquilo que se designa, na literatura marxista, sob o nome de ‘psicologia social’ (...). Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem [...]. (BAKHTIN, 1990, p. 119)

Bakhtin é um autor que busca compreender a ideologia como um produto histórico e social, enquanto expressão viva e social, materialmente constituída, diferente do que coloca Saussure, isolando a fala da língua, vista como “um sistema de signos ideologicamente neutro e como uma estrutura estabilizada, pouco sujeita a mudanças” (FLORENCIO, 2009, ...[et al.] p. 20). A palavra e a substância da língua não são entidades morfológicas secas ou psicofísicas sem um contexto que a suporte, isto é “engessar” a linguagem. A palavra tem implícita em si uma tomada de posição, expressada em um discurso que revela a postura com a qual se identifica. Não é o pensamento individual que constitui a ideologia, mas, sim, a ideologia que o constitui. A ideologia é, pois, um fruto das contradições sociais. Ou seja, não é a consciência que gera uma posição ideológica, mas é a partir da práxis social que as consciências se formam.

Michel Pêcheux, pensador francês, compreendendo a linguagem como uma expressão ideológica, elegeu o discurso como objeto de estudo, fundando a Análise do Discurso, como uma disciplina de entremeio, numa tríplice aliança com a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Muitos fatores contribuíram para o surgimento de tal disciplina, principalmente as determinações sociais e históricas da década de 60 (século XX), ocasião de seu surgimento. É o modo de produção o principal determinante da sociabilidade, das contradições sociais, da política, da economia e da produção intelectual de uma época.

Partindo do princípio de que não há discurso sem ideologia, ou seja, os sentidos do discurso serão produzidos especificamente, de acordo com as diferentes posições ideológicas, pois a ideologia tem em si a função de estabelecer um mecanismo estruturante do processo de significação que acontece nas relações sociais, e é no discurso que as formações ideológicas se materializam.” (FLORENCIO, 2009, ... [et al.] p. 20). A ideologia é uma forma de revelar os elementos sociais, históricos, materiais, culturais que são apresentados no discurso de forma silenciada ou não. O discurso, por ter um significado diverso, com suas contradições sociais, materializa-se nas palavras e, quando analisado, segundo os procedimentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, revela a posição de quem fala do lugar do capital ou do trabalho. Naturalmente, as ideologias não constituem elementos estanques na sociedade e no tempo. Mas o sujeito, embora sofra as determinações histórico-sociais, realiza escolhas, a partir da realidade posta. As relações sociais dão lugar às diversas posturas ideológicas que são produzidas materialmente em determinadas condições de produção. Segundo Bakhtin (1981), o produto ideológico faz parte da realidade, na medida em que reflete e refrata uma outra realidade. Como se pode ver, “as ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas” (Pêcheux, 2009, p.130).

A ideologia revela as contradições entre as classes dominantes. As contradições são históricas e dialeticamente construídas em determinadas condições de produção. A ideologia não constitui uma corrida para um prêmio indicando qual vencerá e qual será derrotada. Os aparelhos ideológicos do Estado (família, escola, igreja, judiciário, partidos políticos, sindicatos e outros) constituem uma força importante na perpetuação da ideologia, mas não são os únicos responsáveis para que a ideologia da classe dominante prevaleça; eles constituem, “simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 2009, p. 131) que sofrem um processo de contradição social, política, histórica para impor, no interior daqueles, novas relações de desigualdade-subordinação.

## 2- DESENVOLVIMENTO

A ideologia adquire materialidade no discurso, que, por sua vez, se materializa pela linguagem. O analista tem de utilizar como suporte de análise da Análise do Discurso (AD)<sup>1</sup>. Segundo Pêcheux (1997, p.15) “a região do materialismo histórico que interessa ao estudo do discurso é a da superestrutura ideológica ligada ao modo de sua produção dominante na formação social considerada.” Assim, para o referido autor, o local da ideologia deve ser assinalado por uma materialidade específica, articulada, a partir da materialidade econômica.

A análise discursiva de parte da alínea I do documento oficial novo ENEM e o caráter ideológico da mesma constituem o objeto deste trabalho. A Análise do Discurso de linha francesa, como instrumento do pensamento de seu fundador Michel Pêcheux, é fundamental para as reflexões da proposta legal descrita acima.

As condições de produção do documento do novo ENEM, no item I, prevêem uma oferta de uma referência para facilitar a própria autoavaliação do indivíduo objetivando as escolhas que essa pessoa possa optar em seu futuro profissional ou de formação educacional. Busca-se saber se esse resultado de avaliação, capacitação e classificação proporcionarão uma visão de educação emancipatória ou um diagnóstico de um conhecimento operativo; se tal proposta ideológica do novo ENEM corrobora para o crescimento da educação nas escolas, ou se opera como mantenedor de um *status quo*.

Desse modo, diz Orlandi (2003, p.30): “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.” Essa reflexão trará como foco principal, pela via do objeto da investigação, mostrar que a ideia central em toda averiguação discursiva é a de salientar o modo como o discurso foi produzido, às vezes, no sentido de regular e controlar o conhecimento, as relações sociais e as instituições. Examina-se, também, como os sujeitos reproduzem discursos outros em seus discursos, sedimentando sentidos constituintes do cotidiano.

A formação ideológica se apresenta em uma ou várias formações discursivas interligadas.

---

<sup>1</sup> Estudo que se insere na corrente teórica da Análise de Discurso (AD), será concebido a partir da filiação à linha de seu fundador Michel Pêcheux (1975). A AD é concebida como modelo teórico-metodológico que, segundo Maingueneau (1989), surgiu na década de 1960, associada a uma tradicional prática escolar francesa: a explicação de textos. Trata-se, portanto, de uma metodologia que, privilegiando a interdisciplinaridade, articula pressupostos teóricos da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise.

Desse modo, as formações discursivas inscritas em uma formação ideológica é que vão determinar “o que pode ou deve ser dito” a partir de uma conjuntura dada.

A partir de uma breve análise das posturas históricas, das influências globais e econômicas sofridas por todos os brasileiros, aponta-se para caminhos diversos: pode-se construir uma sociedade pautada na igualdade de oportunidades, desenvolvidas pelo conhecimento para todos e de modo crítico; também se pode acentuar a desigualdade facilmente constatável nos sistemas de ensino fundamental e médio; o exame nacional novo ENEM que possibilita o acesso do aluno no contexto do ensino superior e na centralidade para formar “apenas” trabalhadores capacitados para o mercado de trabalho.

A necessidade desta análise se faz a partir de uma leitura mais detalhada sobre a proposta do Exame Nacional do Ensino Médio supracitado, fazendo uma analogia à *Teoria dos Clubes* de James M. Buchanan, Prêmio Nobel de Economia (1986), aludido no livro de Santomé *A Educação em Tempos de Neoliberalismo. A Teoria dos Clubes* é um modelo que só pode ser aplicado a bens privados.

Conforme Santomé

[...] trata-se de um bem desfrutado por um número limitado de indivíduos que recorrem a diversos mecanismos e tecnologias que funcionam como estratégia de exclusão. [...] Assim, tenta-se buscar o número ótimo de sujeitos que podem desfrutar desses bens, [...](SANTOMÉ, 2003, p. 138)

Parafrazeando Santomé esta teoria é atraente para avaliar a pobreza, a exclusão social e o modo de funcionamento dos sistemas educacionais neoliberais. É certo que uma escola difere de um clube, contudo se o seu dirigente busca o seu funcionamento em interesse próprio sem considerar o interesse de outros grupos sociais, principalmente dos menos favorecidos, ela se aproxima dos princípios do clube aqui referido.

Santomé afirma

Uma nova preocupação pode obcecar as escolas: atrair e selecionar apenas aqueles estudantes capazes de serem bem sucedidos nesse tipo de testes, pois é assim que as escolas e os professores e professoras tem maiores probabilidades de obter prestígio e mais benefícios.

[...] Este é o caso, por exemplo, das escolas que, devido ao prestígio que desejam alcançar, tentam selecionar os estudantes que têm maiores possibilidades de deixá-las em uma boa posição, enquanto apresentam uma série de obstáculos para impedir a admissão de alunos e alunas portadores de deficiências ou pertencentes a minorias étnicas sem poder ou a grupos sociais desfavorecidos. (SANTOMÉ, 2003, p. 69 e 140)

De acordo com esse tipo de política adotada por essas escolas, estabelece-se que as famílias da classe dominante sejam ouvidas e também possam influenciar nos projetos e conteúdos trabalhados nesses estabelecimentos, para preservar e perpetuar o poder constituído.

É inquietante observar uma realidade escravizadora, sendo suportada e reproduzida pelo sistema de ensino. Esta é reveladora, pois,

é nesse sentido que deverão ser implementadas as mudanças no campo de educação, no sentido da adequação do sistema educacional à economia do mercado. Para atender a essas mudanças a educação precisa ser reorientada – o papel da escola redefinido, seus objetivos estabelecidos o processo de ensino aprendizagem reorganizado. A quem interessa a (re)organização, reorientação do processo de ensino – aprendizagem do país, propalada nos discursos oficiais? Em que bases ele deverá ser reorganizado, reorientado? (CAVALCANTE, 2007, p.75)

Os governantes assimilam esse processo e incutem no povo – muitas vezes por meio de discursos alienadores – algumas metas e propostas almeçadas pelo mundo neoliberal<sup>2</sup>. Existe, então, a necessidade de continuar um processo educacional organizado e orientado para manter o *status quo*. Reflete-se sobre a situação de a escola pública ser o âmbito das crianças excluídas socialmente e a universidade pública atender à elite econômica. Indaga-se sobre quem lucra com o sistema privado de ensino e também quais diretrizes apontam para a postura governamental. Para Frigotto

A consolidação do bloco conservador no poder [...] articula às reformas do Estado um projeto educacional, da pré-escola à pós-graduação, ajustando à nova era do mercado. Um projeto alheio aos anseios históricos da sociedade brasileira, fundado nas diretrizes político-administrativas e pedagógicas dos organismos internacionais, mormente o Banco Mundial. Este [...] constitui-se hoje, no intelectual coletivo formulador da política educacional, para os países que necessitam do ajuste estrutural, dando as diretrizes da organização, as propriedades e os conteúdos. (FRIGOTTO, 1999, p.224)

A relação entre pobreza e educação foi estabelecida desde a formação das sociedades capitalistas, como mecanismo de estabilidade política, visando a conter ameaças de ruptura da coesão social e instaurar a ordem necessária à reprodução do capital, e não como fator de superação das condições de pobreza (não só de renda, mas também da pobreza moral e cultural) da classe trabalhadora. E, no decorrer do desenvolvimento do modo de produção e civilizatório capitalista, essa relação sofre vários ajustes operacionais e interventivos, conforme a conjuntura econômica e política.

### 3- PROPOSTA DE ANÁLISE DISCURSIVA

Foi eleita para a análise a Sequência Discursiva (SD) referente à alínea I que é o primeiro dos sete objetivos que compõe o documento do novo ENEM, assim descreve: “I - *oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto-avaliação com vistas às suas*

2 <sup>2</sup> Fenômeno mundial responsável por transformações de cunho econômico, político, social e cultural, que podem ser identificados em novos hábitos e valores das sociedades envolvidas ou inseridas no chamado mercado mundial. Considerado um dos responsáveis pelo avanço da mundialização do capital, a base teórica do neoliberalismo reflete os ideais da burguesia revolucionária do século XVIII e da consequente instauração do Estado Liberal, certamente resguardadas as devidas ressalvas em termos de contexto político econômico. No Brasil, as transformações econômicas ocorridas durante a década de 1990, tendo início com o governo Collor e intensificadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, refletiram, em grande parte, as orientações do chamado Consenso de Washington, considerado o “manual do neoliberalismo”, como, por exemplo, abertura comercial, estabilização da moeda, privatização e ajuste fiscal.

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=4892601IR3DKTO> – Acessado em 16/09/2009.

*escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos.”*

Para atingir nosso objetivo, recorrer-se-á aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, elegendo suas categorias fundantes: Condições de Produção, Formação Ideológica e Formação Discursiva. Partimos do pressuposto de que, sendo ideológico, todo discurso é enunciado a partir de um lugar social e veicula as crenças e os valores com que o enunciador se identifica.

A criação do Enem se encontra no contexto da reforma do Ensino Médio, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Para entendimento de sua elaboração e legalização serão explicadas, a seguir, todas as alterações que ocorreram, desde a origem do ENEM às mudanças para o novo ENEM.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no exercício de suas atribuições, conforme estabelece o inciso VI, do art. 16, do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, com todas as modificações e alterado pela Portaria MEC nº 462, de 27 de maio de 2009, instituiu-se o novo ENEM.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi uma avaliação criada pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil em 1998, sendo utilizada como exame de acesso ao ensino superior em universidades brasileiras e como ferramenta para avaliar o ensino médio no país. Segundo o Ministério da Educação, essa decisão teve como objetivo o auxílio na elaboração de políticas pontuais e estruturais de melhoria do ensino brasileiro, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do ensino básico, promovendo alterações neste nível de ensino conforme a indicação e o cruzamento de dados e pesquisas nos resultados do ENEM. Segundo o governo, foi a primeira iniciativa de avaliação geral desse sistema de ensino implantada no Brasil.

O exame é direcionado a pessoas que desejam auferir pontos para o Programa Universidade para Todos (ProUni). Acrescido a isso, o governo utiliza o resultado do programa como pré-requisito para a distribuição de bolsas de ensino parcial ou total em instituições privadas de ensino superior.

A partir de 2009, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, apresentou proposta para unificar o vestibular das Universidades Federais com o modelo de prova intitulado novo ENEM. O argumento de que o Ministério da Educação se utilizou, para a unificação do vestibular, foi a locomoção dos estudantes para o local da prova em todo o território nacional, podendo o candidato eleger onde gostaria de estudar.

A avaliação tem autonomia de certificar a conclusão do ensino médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), antigo supletivo, substituindo o Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos (Encceja) às pessoas maiores de 18 anos. Assim, conforme os termos avaliativos, propicia o acesso ao ensino superior nas universidades brasileiras que aderirem ao novo ENEM, como forma parcial ou total de seleção; cada universidade tem autonomia para aderir ao exame como lhe convier. Além disso, o citado exame é considerado a referência para uma autoavaliação do ensino médio.

As Condições amplas de Produção operam no processo de constituição dos sentidos trazendo à memória imposições das políticas internacionais, com a finalidade de obter ganhos mercadológicos, econômicos e de poder, o que favorece o sistema capitalista, sua ampliação, fortalecimento e consolidação.

As Condições restritas de Produção dizem respeito à necessidade das reformulações das relações pedagógicas entre Estado e pessoas, em virtude do nível de educação no Brasil, que é carente, em que há uma divisão de ensino público precarizado e ensino privado com condições adequadas ao aprendizado, que o mercado deseja, para formar sujeitos que assumirão papéis próprio da classe dominante. O aluno de uma classe economicamente favorecida pode eleger onde estudar, pois terá condição suficiente de escolha, já o aluno da rede pública, sob condições insuficientes de renda econômica, submete-se às difíceis condições do ensino público.

**SD- “I - oferecer uma referência** para que cada **cidadão** possa proceder à sua **auto-avaliação** com vistas às suas **escolhas futuras**, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos.”

Nessa SD se observa o discurso oficial formulado pelo Ministério da Educação em, **oferecer uma referência** para que cada **cidadão** possa proceder à sua **auto-avaliação** com vistas às suas **escolhas futuras**; esta declaração estabelece que o sujeito seja passivo, o verbo **oferecer** está no infinitivo e denota uma ação passiva a quem recebe, ele apenas espera, acredita, confia, cria uma expectativa de que lhe será promovida a esperança de almejar o objetivo estimado por ele.

Enquanto que o termo **uma referência**, torna-se abstrato e indeterminado, pois é seguido do artigo indefinido **uma**. Também aquela apaga as outras referências obtidas em seu percurso escolar, todas que já foram vivenciadas não são válidas ou não construíram efetivamente o aprendizado necessário para a formação de esse ser, também certifica que, todo o conhecimento repassado ao aprendiz em anos anteriores não foram capazes de fazê-lo consciente em sua formação e só agora através dessa avaliação ele terá apta condição de ser crítico.

Reportando-se a expressão **cidadão**, na Grécia Antiga eram considerados cidadãos todos aqueles que estivessem em condições de opinar sobre os rumos da sociedade. Entre tais condições, estava a de que fosse um homem totalmente livre. Portanto, era pequeno o número de cidadãos, que excluía além de comerciantes, artesãos, as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Praticamente apenas os proprietários de terras eram livres para ter o direito de decidir sobre o governo. A cidadania grega era compreendida apenas por direitos políticos, os cidadãos identificados com a participação nas decisões sobre a coletividade. E nessa alocação do capital, não se mudou a etimologia da palavra, o que foi mudado foi a sua compreensão efetiva e ideológica do uso dela.

A palavra **avaliação** muda de acordo com o referencial comparativo, assim, o termo **auto-avaliação** poderá ser empregado para questionar essa estrutura capitalista, ou se dará de modo sistêmico da sociedade e o do papel do sujeito enquanto reproduzidor do capital.

Na frase **escolhas futuras**, indaga-se o que escolher e diante de que sociedade, uma sociedade reprodutora do capital? Essa estrutura de escolhas poderá criar meros resultados mercadológicos a partir de um sistema avaliativo, mostrando que esses jovens e adultos poderão obter um resultado satisfatório ao objetivo almejado, ou seja, a inserção desse indivíduo acrítico nas grandes instituições financeiras e corporações, uma vez que possui sujeitos aptos à execução de mão-de-obra capazes de gerar lucro.

Observa-se uma sociedade marcada por fortes desigualdades sociais que comprometem os sujeitos e os sentidos em suas posições políticas.

Nessas situações, os sujeitos do discurso interagem na constituição das relações discursivas, trazendo elementos que derivam da história, da sociedade e de suas contradições ideológicas, para a produção dos efeitos de sentido que se mostram na materialidade discursiva e se articulam teoricamente com o conceito de formação discursiva. É pela inscrição da língua na história que o sentido acontece, como relação do sujeito – perpassando pela língua – com a história (FLORENCIO, 2007 P. 38)

Os sujeitos do discurso governamental revelam que estão na posição do capital, sendo servos das grandes empresas que terão um perfil individual dos estudantes submetidos àquela avaliação para assim selecioná-los ou não. O instrumento não visa diagnosticar as dificuldades e possibilidades reais das escolas tidas como deficitárias ou ainda perceber os aspectos positivos, aprimorá-los e distribuir a todos. Há uma forma ainda maior de segregar indivíduos e classes, bem como reproduzir um sistema educativo com falhas, que são usadas economicamente pelos setores privados. Estes encontram aí um “filão de mercado” para dar aos sujeitos, com educação formal precária, os conhecimentos e habilidades necessárias para que o acesso ao mundo do trabalho se dê, apenas, na possibilidade de subempregos, para os quais os instrumentos públicos e escolas contribuem. Há uma reprodução da situação que mantém o *status quo*. O governo tem índices frios para mostrar às instituições internacionais de financiamento, além da ONU, que diz estar promovendo “educação de qualidade” ou proporcionando oportunidade a todos; por outro lado as grandes corporações e empresas encontram indivíduos treinados, alienados e “educados” para produzir sem contestar sua exploração social e seu *status* de mercadoria reprodutora do mundo capitalista.

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões mostraram que, pelo exposto, as condições de produção do discurso são constitutivas de sua existência. Desse modo, cabe ao analista compreender as circunstâncias sociais, históricas e ideológicas em que se deu o evento discursivo, objeto de sua análise. O discurso é uma prática, uma ação do sujeito sobre o mundo. Por isso, sua aparição um acontecimento, pois funda uma interpretação e constrói uma vontade de verdade. Quando se pronuncia um discurso age-se sobre o mundo, marca-se uma posição - ora selecionando sentidos, ora excluindo-os do processo interlocutório. Observa-se que o Brasil, por ser partícipe e aceitar os modelos internacionais como indicativos de crescimento, busca tomar para si os exemplos educacionais, adotados nos países classificados como desenvolvidos, a exemplo de Estados

Unidos e Inglaterra, tais modelos configuram-se como mensuráveis, de fácil visualização pela sociedade e compatível com os índices internacionais de educação, exigidos por princípios mercadológicos. O novo ENEM intenciona passar uma imagem de um instrumento avaliativo, nunca antes aplicado e com diretrizes, ideologias e posturas inovadoras. Também se constata a ausência de questões sobre os diferentes aspectos culturais brasileiros que revelam a necessidade de uma padronização do conhecimento, da formação de profissionais marcados apenas pela ideologia predominante do mercado, bem como as precisões impostas pelo processo de globalização. Conclui-se afirmando que para a Análise do Discurso, a linguagem também serve para não comunicar. A linguagem é o lugar de conflitos e confrontos, pois ela só pode ser alcançada no processo histórico-social.

## 5- REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BUCHANAN, James M. "An Economic Theory of Clubs". *Económica*, n. 32 (Febrero), páginas 1-14, 1965.
- BRASIL. Ministério da Educação.  
Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=183&Itemid=923](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Itemid=923)>. Acesso em 29/09/2009.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- FLORENCIO, Ana Maria Gama. et al. **Análise do Discurso: fundamentos & práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.
- \_\_\_\_\_ **A voz do poder no jogo dos sentidos: um estudo sobre a escola**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural**, in: SILVA, Luiz Heron (org) *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARX, Karl Heinrich. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 5ª edição, 2003.
- \_\_\_\_\_ **Estudos da Lingua(gem)**. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso – Vitória da Conquista, nº 1, p. 9-13, junho, 2005.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Orlandi et al. – 4ª ed. – Campinas: Unicamp, 2009.
- \_\_\_\_\_ **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.
- REALE & ANTISERI, Giovanni & Dario. **História da Filosofia: do Romantismo até nossos dias**. Vol. III. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. Trad. Cláudia Schilling. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.